

CONFLITO E SOCIABILIDADE NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ NA CIDADE DE RIO BRANCO

CONFLICT AND SOCIABILITY AT THE STATE CONFERENCE ON THE RIGHTS OF LGBTQIA+ PEOPLE IN THE CITY OF RIO BRANCO

Guilherme Issamu Saul Yoshihara¹
Ana Leticia de Fiori²

Resumo: o presente artigo é um relato etnográfico desenvolvido a partir da fase inicial de um projeto de Iniciação Científica, que correlaciona estudos de gênero e sexualidade com a produção de espaços e resistências na cidade. Este trabalho traz algumas reflexões a partir da experiência de observação de uma Conferência Estadual sediada na cidade de Rio Branco voltada para a discussão e construção de direitos para pessoas LGBTQIAPN+ residentes no Estado do Acre. O objetivo deste estudo etnográfico é propor discussões a partir da análise de situações identificadas dentro do campo etnografado, evidenciando a forma como minorias sociais formam e configuram suas próprias redes de sociabilidade dentro de espaços urbanos. Tendo este objetivo definido, além do método etnográfico a pesquisa utilizou-se de uma revisão bibliográfica e documental sobre gênero, performance e trocas sociais que contribuíram para uma melhor estruturação das questões registradas em caderno de campo. Por isto, para o embasamento teórico, foram utilizados os conceitos de “pedaços” e “arranjos” do antropólogo José Guilherme Magnani (2002) articulados com Michel Foucault (1999) ao falar da circulação das correlações de poder enquanto uma rede com vários pontos de resistência. Os pensadores Georg Simmel (2006), Judith Butler (2018) e Victor Turner (2009) para pensarmos nas naturezas dos conflitos, das performances e da liminaridade, que se pautam também em discussões sobre identidades e suas nuances expressivas e políticas. Por fim, considera-se que a construção de espaços para debates sociais e políticos ilustrados na Conferência etnografada são repletos de conflitos e dramas sociais que não necessariamente trariam prejuízos para a articulação coletiva da comunidade LGBTQIA+ enquanto grupo social e movimento político.

Palavras-chave: Conflito; etnografia; sociabilidade; LGBTQIAPN+; performance.

Abstract: this article is an ethnographic report developed from the initial phase of a Scientific Initiation project, which correlates gender and sexuality studies with the production of spaces and resistances in the city. This work brings some reflections from the experience of observing a State Conference held in the city of Rio Branco focused on the discussion and construction of rights for LGBTQIAPN+ people residing in the State of Acre. The objective of this ethnographic study is to propose discussions based on the analysis of situations identified within the ethnographic field, evidencing the way in which social minorities form and configure their own networks of sociability within urban spaces. With this objective defined, in addition to the ethnographic method, the research utilized a bibliographic and documentary review on gender, performance, and social exchanges, which contributed to a better structuring of the issues recorded in the field notebook. Therefore, for the theoretical foundation, the concepts of “pedaços” and “arranjos” from anthropologist José Guilherme Magnani (2002) were used, articulated with Michel Foucault (1999) when discussing the circulation of power correlations as a network with various points of resistance. The thinkers Georg Simmel (2006), Judith Butler (2018), and Victor Turner (2009) were also consulted to consider the natures of conflicts, performances, and liminality, which are also based on discussions about identities and their expressive and political nuances. Finally, it is considered that the construction of spaces for social and political debates, as illustrated in the ethnographically documented Conference, is full of conflicts and “social dramas” that would not necessarily harm the collective articulation of the LGBTQIA+ community as a social group and political movement.

Keywords: Conflict; ethnography; sociability; LGBTQIAPN+; performance.

¹ Graduande de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre (UFAC), atualmente é estagiária da Escola do Legislativo Acreano da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC) da bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pesquisando nas áreas da antropologia urbana, gênero e sexualidade, comunidade lgbtqiapn+, teoria queer e estudos culturais.

² Graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalha com antropologia urbana, RPG, jogos e performance, antropologia do direito, narrativas de violência, etnologia indígena, ensino superior indígena, antropologia do Estado, gênero e sexualidade. E atualmente é professora adjunte de Antropologia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

1 INTRODUÇÃO

Minorias sociais – como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+, a comunidade negra ou de coletivos compostos por mulheres, pessoas com deficiência bem como outros grupos historicamente marginalizados – marcadas socialmente como desviantes de padrões e normas valorizados pela classe dominante tendem a passar por um processo de segregação em determinados ambientes. Deste modo, as pessoas que compõem minorias sociais como, por exemplo, a comunidade LGBTQIAPN+, passam por um processo de reconfiguração dos espaços presentes na cidade, pois neste contexto citadino com recorte do gênero, da sexualidade e da dissidência, não estamos falando somente de uma inerente negação de direitos civis equivalentes aos princípios de igualdade ou de liberdade. Mas também nos atentamos à negação de direitos sociais, como os de ocupação de lugares dentro de um ambiente urbano e capitalizado, implicando diretamente no direito ao lazer, o direito ao consumo e por último e mais importante, o direito da expressão de suas formas de sociabilidades, isto é, os afetos e os desejos presentes neste grupo.

Durante os três últimos anos, a comunidade LGBTQIAPN+ nacional tem retomado suas atividades de engajamento social a fim de constituir uma agenda política de reivindicação de direitos, visando a consolidação de uma cidadania que acolha as especificidades do grupo. Não diferente do cenário nacional, no estado do Acre, alguns coletivos e associações compostos majoritariamente pela sociedade civil passaram a estruturar uma série de ações de cunho político e cultural. Por conta disto, na capital do estado, Rio Branco – frequentemente escolhida como sede dessas iniciativas –, é possível experienciar e visualizar a movimentação da comunidade LGBT rio-branquense no que diz respeito à construção de uma cidadania específica para a população acreana. Tal movimentação engendra uma série de modificações socioespaciais no qual, neste estudo pretendo analisar um segmento específico: as dinâmicas de sociabilidade presentes no processo de (re)organização política da comunidade LGBT acreana, assim como as práticas que emergem durante determinados espaços e temporalidades. No caso deste artigo, o espaço e a temporalidades estudados em questão, diz respeito ao evento da “4a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+ do Acre”, que ocorreu entre os dias 14 e 15 (quarta e quinta-feira) de maio do ano de 2025.

Com o tema “Construindo a Política Estadual e Nacional dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+”, a conferência é um marco histórico e simbólico para a comunidade do estado do Acre, pois a última edição estadual do evento ocorreu no início do ano de 2016. Sendo assim, é possível aferir uma espécie de resgate do engajamento político e da luta por direitos e cidadania da comunidade LGBT acreana. Como mencionado anteriormente, o evento nasce da mobilização de entidades da Sociedade Civil acreana, que acompanhadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e pelo Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Acre (CECDLGBTAC) que planejaram e organizaram uma agenda de Conferências Regionais a fim de eleger delegadas que representassem a população do Alto Acre, do Baixo Acre, do Purus, de Tarauacá/Envira e do Juruá na Conferência Estadual.

Portanto, no decorrer deste relato etnográfico, foram realizadas algumas observações e apontamentos acerca das dinâmicas e acontecimentos presenciados na Conferência, evidenciando os arranjos desenvolvidos para construção de um pedaço político e esporádico para a população LGBTQIAPN+ presente nos dois dias de evento. O presente artigo que é dividido em dois momentos que dizem respeito aos dois dias de conferência, surge como fruto da parte inicial de uma pesquisa de Iniciação Científica, na qual me preocupo em não apenas apresentar uma descrição dos espaços utilizados para sediarem discussões e práticas LGBT, mas também as suas implicações do modo em que discursivamente e liminarmente estas pessoas se organizam socialmente e politicamente.

Destaco também que o espaço da conferência oferece uma possibilidade de encontros de diferentes arranjos constituídos e marcados por conflitos e atravessamentos que envolvem questões de identidade, de violência, de linguagem, de participação política, de performances e sobretudo, de conflitos. Além disso, no decorrer da etnografia, as próprias eventualidades observadas expõem os pontos de resistências que se expressam com base nas correlações foucaultianas que o poder pode assumir através de diferentes discursos, práticas ou performances expressas. Por fim, este trabalho também se propõe a analisar a teia de significados emergentes no contexto participativo e deliberativo da Conferência.

2 METODOLOGIA

Pensando em toda a complexidade de encontros que envolvem uma Conferência destinada a debater direitos para pessoas historicamente desfavorecidas socialmente, como a comunidade LGBTQIAPN+, a metodologia usada para construção desta pesquisa se deu através de um relato etnográfico dos dois dias em que ocorreram o evento na cidade. A escolha pelo método etnográfico se deu pelo seu caráter descritivo e imersivo do que se pretende observar. Desse modo, em conformidade com Clifford Geertz (2008), têm-se uma “descrição densa” que vai além de relatar apenas aquilo que se vê, mas de também fornecer um contexto do que está sendo observado e descrito, de forma a interpretar as ações dos indivíduos e compreender seus símbolos. Sendo assim, o método etnográfico surge como forma de relacionar os espaços – sejam físicos ou simbólicos – com os corpos dissidentes observados, a partir do intuito de compreender seus comportamentos e a rede de significados que estes podem produzir, assim como – no âmbito político – os modos como a democracia deliberativa e participativa se expressa na agenda de luta por direitos da comunidade LGBTQIAPN+ acreana.

Além disto, a pesquisa utilizou também de uma revisão bibliográfica fundamentada em pensadores das Ciências Sociais – como Clifford Geertz (2008), Georg Simmel (2006), Victor Turner (2009), José Guilherme Magnani (2002), Leonardo Avritzer (2012) e Silvia Aguião (2016, 2019) – e da Filosofia - como Michel Foucault (1999) e Judith Butler (2018) -. Desta forma, o relato traz contribuições de diversas áreas de estudos, como: estudos de gênero e sexualidade queer, estudos urbanos, estudos sobre conflito e performance, estudos etnográficos e alguns documentos digitais contendo informações sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

3 PRIMEIRO DIA - DAS CONFERÊNCIAS AOS LEQUES: SENTIDOS E IMPORTÂNCIAS

Pensar em políticas para minorias sexuais no contexto nacional faz-se necessário, uma vez que as conferências são espaços amplos de discussão e articulação coletiva onde diferentes pessoas, saberes e lutas se encontram e se (des)organizam. Em sua interpretação sobre conferências nacionais no Brasil, Leonardo Avritzer (2012) afirma que elas são responsáveis por gerarem possíveis impactos nos cenários estatal e político do país. No que concerne ao cenário estatal – em específico, o Poder Legislativo – as conferências impulsionam as atividades legislativas por meio de práticas deliberativas e participativas, estabelecendo esforços de mobilização e representação para a construção de determinadas políticas públicas. Deste modo, Avritzer (2012) atesta que estas características têm um papel importante para políticas públicas voltadas para minorias, de modo a ampliar modelos democráticos deliberativos e participativos previstos na Constituição de 1988: “De acordo com o texto constitucional, a soberania popular no Brasil pode se expressar tanto pela via da representação quanto pela via da participação.” (Avritzer, 2012, p. 22). Ainda para Avritzer (2012) conforme o histórico de conferências no Brasil – datadas desde 1940, no governo de Getúlio Vargas –, quase um século se passou e as conferências após a institucionalização da participação popular previstas na Constituição de 1988, passam de uma prática esporádica para algo legal e obrigatório, atuando dessa maneira, como um mecanismo de participação social no que diz respeito a presença da sociedade civil.

Portanto, para além de aferir impactos legislativos e políticos, para a antropóloga Silvia Aguião, as conferências enquanto lócus de representação produzem e reproduzem estas em múltiplas formas operacionalizadas “através de diferentes capitais pessoais e coletivos sejam o corpo, as expressões de gênero e sexualidade, a cor, a idade e as jornadas – sejam elas acadêmicas, profissionais, técnicas ou militantes” (Aguião, 2016, p. 19). Em uma outra pesquisa de Silvia Aguião (2019), a antropóloga também afirma que:

As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas grande parte da eficácia do processo também reside em agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intra-movimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas[...] São ainda um grande espaço de aprendizado e a formulação de propostas e diretrizes certamente é apenas uma dimensão dessa cena mais ampla. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos “direitos LGBT” e de seus respectivos sujeitos (Aguião, 2019, p. 19).

Considerando o contexto exposto por Avritzer (2012) e Aguião (2016; 2018), partiremos para o lócus desta pesquisa etnográfica. No contexto urbano da cidade de Rio Branco, um evento reuniu alguns elementos propostos pelo antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani (2002) sobre a constituição da cidade para diferentes grupos de cidadãos. Trabalhando sob as ideias de Magnani (2002) de “pedaços”³ e de “arranjos”⁴, me proponho a analisar nesta sessão, um destes “pedaços” constituídos de forma esporádica juntamente com a confecção de seus “arranjos” no primeiro dia de evento.

Realizado no Cine Teatro Recreio nas proximidades da Gameleira, especificamente no bairro Seis de Agosto, da cidade de Rio Branco. O pedaço escolhido para abrigar a abertura da Conferência é um dos lugares considerados como patrimônio histórico e cultural da capital, portanto, sua estrutura remete a épocas passadas da capital do Acre. Os formatos, a fachada, as cores vivas e a presença de molduras pintadas em branco em suas portas e janelas se encaixam nos estilos arquitetônicos que se inspiram no período colonial do Brasil. O que de início pode ser de fato irônico e antiestrutural⁵ (Turner, 2008), que uma construção que transmite certa “tradicionalidade” estivesse sendo concebida como um espaço temporário no qual corpos dissidentes estavam ocupando e fazendo política para eles.

Voltando à descrição do espaço, no *hall* de entrada encontram-se duas portas largas que possibilitam a vista de dois corredores, um pintado em branco ao centro da estrutura e o outro à direita onde nota-se uma parede de madeira pintada em marrom escuro

³ Para Magnani (2002) os “pedaços” além de designarem um espaço intermédio entre o privado e o público, atuam como ponto de referência que distinguem determinados grupos dos demais, portanto, este termo vai além da territorialidade, claro que é coerente que os pedaços sejam constituídos por elementos espaciais ou físicos, mas o termo também carrega consigo elementos vindos de uma ordem social.

⁴ Já os “arranjos” para Magnani (2002) seriam utilizados para descrever como atores sociais estruturam e organizam suas vidas nos espaços urbanos, expondo múltiplos, criativos e diferentes padrões de comportamentos nas paisagens das cidades. Deste modo, se os pedaços são as rodas físicas ou simbólicas, os arranjos são os códigos e normas de pertencimento que viabilizam a comunicação entre os seus integrantes.

⁵ Em “Dramas, campos e metáforas”, o antropólogo britânico Victor Turner (2009), trabalhou os seus “dramas sociais” a partir de elementos da liminaridade e antiestruturais. Portanto, uma estrutura aqui pode ser entendida como a ordem social “normal” vigente, com papéis, hierarquias, regras e distinções (classe, gênero, poder etc.). A fase liminar dos seus dramas sociais seriam um momento transitório, onde as normas da estrutura vigente seriam passíveis de suspensões, podendo subverter lógicas hierárquicas e papéis estruturais da sociedade, logo, toda fase liminar tende a ser antiestrutural devido seu caráter temporário vivido em certos rituais ou momentos de crise, em que as hierarquias são suspensas ou invertidas, e as pessoas passam a se relacionar de forma igualitária e imediata, sem as divisões habituais.

acompanhada de uma primeira porta que nos levaria para as dependências da sala de Teatro, local este em que ocorreu a maior parte do evento de abertura. Além disso, a esquerda logo na entrada do Cine, encontrava-se um painel com os símbolos e siglas das entidades que presidiram o evento (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Acre [SEASDH] e Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Acre [CECDLGBTAC]) e na parte de trás no balcão do cineteatro, ocorria o credenciamento dos participantes da Conferência, no qual era fornecido um documento com dados a serem preenchidos – nome, idade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), identidade de gênero e sexualidade – por aqueles que desejassem participar do evento.

No que diz respeito à concentração de pessoas, por volta das 18 horas o local se encontrava com uma pequena movimentação: algumas pessoas eram membros da equipe organizadora do evento; outros eram figuras públicas e/ou representantes de alguma entidade da Sociedade Civil ou do Poder Público – Associação de Homossexuais do Acre (AHAC), Associação das Travestis e Transgêneros do Acre (ATTRAC), Ministério Público do Estado do Acre (MP-AC), Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), Secretaria de Estado da Mulher do Acre (SEMULHER), entre outros; outros eram uns poucos jovens e jovens adultos que conversavam baixo aos cantos; e por fim, marcavam presença naquela espaço, a “velha guarda LGBT” (homens gays, mulheres lésbicas e travestis mais velhas) da população rio-branquense. Este último grupo de pessoas citado chamava atenção por conta da forma em que se comunicavam, aparentavam ser mais calorosos uns com os outros e faziam mais barulho que os jovens. Portanto, um dos sons que ressoavam pelo *hall* de entrada do Cine era o barulho de leques de abano batendo o tempo todo, quase como se fossem aplausos ou apenas palmas soltas.

Neste momento, faz-se necessário pensar sobre o uso de leques de abano num contexto de sociabilidade de grupos minoritários e/ou subalternizados. Em primeiro lugar, segundo as informações presentes na exposição online nomeada “A misteriosa linguagem dos leques” do Museu da Moda Brasileira (s.d.), o leque tem suas origens rastreadas na China do século VII, mas a partir do século XV os europeus introduziram-no em sua cultura, no qual posteriormente, durante o período de colonização foram trazidos para a América. Com o passar do tempo, o uso do leque na atualidade passou por algumas transformações em seu significado. O que antes poderia ser considerado como um símbolo de graça, sofisticação, nobreza, status e, sobretudo, poder para as antigas e tradicionais sociedades asiáticas e europeias, se modifica ao adentrar-se nos cenários da comunidade LGBTQIAPN+ do mundo todo, assumindo outros sentidos e simbolismos a partir da reconfiguração das relações de poder (Foucault, 1999).

Segundo Reis (2024), por volta dos anos 1970, a cultura *Ballroom* se estabelece fortemente no contexto norte-americano e por conta disto, a comunidade *queer* americana

passa a constituir espaços e organizar bailes em que se reivindica algo que lhe foi negado por muito tempo: a visibilidade, o poder, a classe e o glamour. É neste contexto que, conforme a cultura do *ballroom* e da “montação” se tornam populares entre a comunidade LGBTQIAPN+ mundial, os leques se transformam em um símbolo de resistência que carregam as expressões “dos exageros” e de todo o potencial que uma cultura de oprimidos pode conquistar. Este acessório toma proporções além de sua função prática, se adquire um significado simbólico para a expressão de identidades, resistências e meios de comunicação não verbais dentro das dinâmicas sociais deste grupo.

Dado este contexto, um destes membros antigos da comunidade gay de Rio Branco circulava pelo local com uma mala cheia deles, eram variados leques de cores e tamanhos diferentes que estavam disponíveis para as pessoas que ali se faziam presentes comprarem. Refletindo nesta construção de artifícios ou objetos que interligam sociabilidades de determinados públicos, colocamos em reflexão o que o antropólogo José Guilherme Magnani (2002) fala sobre os “arranjos” e os “pedaços”. Neste contexto, dentro deste “pedaço” esporádico utilizado para construção de política – e indiretamente de sociabilidades e lazer, dado as programações artísticas – para uma comunidade que carece de leis, formava-se involuntariamente um grupo dotado de seus “arranjos” que preenchiam aquele espaço com uma alta concentração de estímulos visuais e auditivos, todos advindos das cores vibrantes dos leques, o barulho da “bateção” deles e os diálogos codificados em pajubá⁶.

Em menos de 15 minutos após toda a empolgação com a venda dos leques de abano, os participantes da Conferência foram sendo alocados até à sala de teatro para o início da abertura do evento. A sala de teatro apresentava cores sóbrias e bem escuras, além disso, a baixa iluminação auxiliava na “camuflagem” dos assentos e as luzes estavam quase todas voltadas para a parte principal do teatro: o palco. Aos fundos do palco, era possível ver pedaços de tecido organizados conforme as cores da bandeira LGBTQIAPN+ e além disso, encontravam-se junto ao fundo alguns assentos e um púlpito/tribuna de madeira onde ficariam aqueles que seriam encarregados do cerimonial e os intérpretes de libras do evento.

Durante todo o evento era perceptível o uso de um dialeto formal, porém próprio da comunidade (pajubá), eram incorporadas gírias, trejeitos e sinais que traziam proximidade e acessibilidade para o público presente na Conferência. Inicialmente foram expostas algumas apresentações de artistas locais como: o Coral de Libras Viva, dois dançarinos da No Compasso Studio de Dança, cantores da região do Juruá e de Rio Branco e por fim, a calorosa apresentação do *performer drag*, Jonas Gomes que apresentou a canção “*It’s Raining*

⁶ O pajubá é um dialeto cultural da comunidade LGBTQIAPN+ brasileira, especialmente de travestis e mulheres trans, que misturam termos de línguas africanas (como iorubá e nagô) com gírias do português para criar uma espécie de comunicação específica que por vezes, é utilizada como tecnologia de pertencimento, de sociabilidade ou de proteção e resistência em tempos de repressão.

Men” do grupo norte-americano “*Weather Girls*” e terminou sendo ovacionado por uma “salva de leques e aplausos”.

4 CISMANDO COM OS “ISMOS”

Antes das apresentações culturais mencionadas, o evento contou com um momento de apresentação dos representantes das entidades do Poder Público presentes, em que cada um teve, em média, 2 minutos de fala. Durante estes curtos períodos, destaca-se um momento de conflito ou de “climão” em que um dos representantes – homem cis e gay – em meio suas falas cometeu o que seria visto como um equívoco. Em sua apresentação, o representante afirmou se interessar por estudos nas áreas de gênero e sexualidade trans e que tinha começado a estudar sobre “o transexualismo”. Conseqüentemente, um psicólogo trans bem conhecido, grita: “É transexualidade! e nada de “ismo”! ninguém aqui é doente!”. Frente a tal situação, ouviram-se “bateções de leques” incorporadas a vaias para o representante que mesmo após a máxima, não se corrigiu e não se desculpou.

Em seguida, após este ocorrido, o mesmo representante – que passou cerca de 10 minutos falando na tribuna – afirmou que estava lendo os escritos da autora “Beatriz Preciado” – ou da forma correta: o autor Paul B. Preciado. Novamente, foi repreendido pelo mesmo psicólogo por se referir a Preciado com pronomes femininos (ela/dela): “é O Preciado! e não A Preciado”. Esse momento de desconforto seguiu até o fim de sua apresentação, na qual mais uma vez não houve qualquer manifestação ou pedido de desculpas pelo ocorrido. Após todas as apresentações, ocorreu um “*coffee-break*” de encerramento, onde visivelmente alguns círculos de conversa se formavam aos cantos da sala descrita no início do evento. Em um destes grupos, composto majoritariamente por pessoas trans, o “babado” era o episódio recém ocorrido na Conferência, que para alguns membros da roda, foi percebido como um episódio de transfobia.

Pensando acerca do lapso de linguagem do participante que, em outros temas, talvez não tivesse sido recebido com repúdio, tal episódio é sensível para a pauta LGBTQIAPN+ porque historicamente identidades de gênero e sexualidade diferentes de pessoas heterossexuais e cisgêneras (cuja identidade de gênero é a mesma daquela reconhecida ao nascer) foram patologizadas e consideradas doenças. Segundo o Manual de Comunicação LGBT (2010) do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (UNAIDS)⁷ apenas no ano de 1990 a homossexualidade sai da lista da Classificação Internacional de Doenças (CID)⁸ da Organização Mundial de Saúde. Já a transsexualidade foi considerada transtorno mental até 2018 pela CID-11.

⁷ A UNAIDS é um programa que visa liderar e coordenar a resposta global à epidemia de HIV/SIDA. O seu objetivo principal é acabar com a epidemia de SIDA como ameaça à saúde pública até 2030.

⁸ É um sistema criado pela OMS, que atribui códigos de alfanuméricos para doenças, sintomas ou até causas de morte a fim de padronizá-los em uma única linguagem global para facilitar o registro, a análise e a comparação de dados de saúde. Tal sistema é utilizado como uma espécie de catálogo universal de condições médicas.

Sendo assim, o reconhecimento não como doença e sim como diversidade foi resultado de muita luta. “Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”) (ABGLT, 2010, p. 11). Porém, para a população trans, o peso do uso deste sufixo implica na estigmatização de seus corpos assim como a exaltação de “verdades biológicas” acerca das identidades ou expressões de gênero:

Com a publicação do DSM-III em 1980, surgem os diagnósticos de “Transsexualismo”, “Perturbação da identidade de gênero na infância” e “Perturbação de identidade de gênero”. Estes diagnósticos deveriam especificar a orientação sexual do indivíduo, contudo, na determinação desta, era considerado o sexo biológico do indivíduo, e não o gênero com que se identificava. Deste modo, e a título de exemplo, um indivíduo de sexo biológico masculino que se identificasse como mulher e se sentisse atraído por homens seria considerado “transsexual homossexual”. Este modelo de diagnóstico privilegiava o sexo biológico, o que se considera atualmente como desvalorizante para a IDG do indivíduo. Para além disso, junta dois conceitos distintos (orientação sexual e IDG), deste modo contribuindo para uma visão errada e confusa das questões de IDG (Zucker 2015, *apud* Henriques, 2021, p. 7).

O representante, mesmo sendo parte da comunidade LGBTQIAPN+ ocupa um lugar ambíguo que ao errar e não se retratar se distancia da expectativa coletiva. O conflito aqui instaurado funciona como uma forma de delimitar as fronteiras internas sobre quem “fala em nome da comunidade” precisa alinhar-se às lutas históricas contra a patologização e contra o uso incorreto de identidades. Cria-se uma ideia de “nós” e “eles” esporádica, neste caso estabelecido pela performance discursiva. Articulado Georg Simmel (2006) e Victor Turner (2009) ao episódio, a escolha vocabular e a ausência de tentativas de retratações - ação reparadora - geraram uma distinção momentânea entre esse “nós” – de reivindicar o reconhecimento da transexualidade fora do campo do “ismo”, da doença – e um “eles”, atribuído ao orador. Essa tensão acaba por produzir algumas fronteiras simbólicas internas e na medida em que configura quem naquele “espaço ritual”, era representado como um “possível porta-voz” da comunidade.

5 SEGUNDO DIA - IDENTIDADE E CONFLITO: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

O segundo dia do evento ocorreu em um outro espaço da cidade de Rio Branco, situado também no centro da cidade, porém do lado oposto do conhecido Rio Acre, a Conferência teve continuidade no histórico prédio construído em 1960 que hoje abriga o Museu dos Povos Acreanos. A recente revitalização do espaço em questão passou por um longo processo de revitalização para comportar o que hoje é o Museu que parte da população acreana conhece. Seguindo a linha de construções históricas da capital do Acre, o estilo arquitetônico do edifício não foge das propostas descritas do primeiro local de evento

(O Cine Teatro Recreio), pintado em amarelo e com várias janelas emolduradas em branco, a estrutura conta com um pátio robusto decorado com canteiros de flores e um painel à esquerda que conta com algumas obras de artistas do cenário urbano de Rio Branco. Na fachada central, onde fica a entrada para o Museu, existem dois arcos curvos feitos em madeira que alcançam o último andar do prédio. Após esta breve descrição da disposição arquitetural do Museu, partiremos para os locais utilizados e observados durante o período em que ocorreu o segundo dia da Conferência. Entrando no Museu, é perceptível uma série de artigos e objetos expostos, assim como painéis e mapas que narram parte da história e cultura acreana, além é claro, das mesas com produções artesanais e regionais expondo a venda alguns produtos de decoração, bijoias, cestas, entre outros itens, além de *souvenirs* – chaveiros ou mini esculturas em madeira – que remetem ou representam a cultura acreana.

Além disso, o espaço interno conta com algumas salas que, no 2º dia de Conferência, não foram tão exploradas. Para chegar até o local em que aconteceriam as atividades previstas, bastava seguir o corredor central à direita e entrar na última sala à esquerda. À esquerda da sala se encontrava o auditório e à direita, a mesa da equipe de credenciamento que estava desde as 8 horas da manhã recolhendo assinaturas e distribuindo o kit de acompanhamento das atividades – uma folha com a programação, uma folha em branco com uma caneta para anotações, o Regimento Interno da Conferência e uma folha explicando cada eixo temático que constituiria os Grupos de Trabalho. Após receberem o kit, os participantes estavam sendo deslocados para o auditório que contava com um longo palco contendo uma tribuna, algumas cadeiras e um painel para projeções ao fundo. A Plenária Inicial teve começo por volta das 9 horas e então inauguravam-se os trabalhos “burocráticos”, isto é, a apresentação e leitura coletiva do Regimento Interno da Conferência, nos quais havia regras e normativas que foram postas à discussão ou à modificação de alguns de seus artigos, parágrafos e incisos.

Todes delegades já eleites nas Conferências Municipais tiveram um acesso prévio do material que seria discutido e realizaram alguns destaques acerca do conteúdo do regimento interno da Conferência. De início foram expostos os capítulos I e II, onde eram apresentados os objetivos e os critérios de realização da Conferência. A metodologia adotada pela comissão organizadora do evento para realizar a “reconstrução” do Regimento Interno, era baseada em três itens: questão de ordem, esclarecimento ou destaque. Este último item (destaque) manifestava três opções ou caminhos de discussão: a supressão, a inclusão ou a alteração dos pontos postos a “destaque” do Regimento Interno, onde uma vez que o participante que escolhesse uma destas opções deveria justificar o motivo de sua escolha – supressão, inclusão ou alteração – e, em seguida, o destaque seria votado pelos participantes que poderiam ou não defender o destaque proposto.

Ao chegar no capítulo III – dos participantes – surgem algumas questões interessantes no debate do Regimento. Membros “mais velhos” da comunidade LGBT de Rio Branco passam a levantar problemáticas voltadas a “nova onda de LGBT’s” que poderiam não entender inteiramente a relevância de discutir direitos humanos e tampouco o papel que os Delegades Estaduais – que mais tarde seriam eleitos – desempenhariam ao levar as propostas ou demandas discutidas e deliberadas na Conferência Estadual para o Congresso Nacional que ocorreria em Brasília e que elaboraria diretrizes que respeitassem e acolhessem os direitos humanos para pessoas LGBTs. Este incômodo sugere um conflito intergrupual levantado por uma marca geracional das pessoas que compõem a comunidade LGBT de Rio Branco. Segundo as observações e reflexões realizadas em duas Conferências pela antropóloga brasileira Silvia Aguião (2016) as lutas de pessoas dentro da comunidade LGBT não seriam uniformes, pelo contrário, elas seriam moldadas pela intersecção de diferentes marcadores sociais que não afetam somente o cotidiano de cada pessoa, mas também a maneira como os direitos LGBT podem ser definidos. As disputas internas e negociações dentro do movimento político, baseadas nessas diferentes “marcas”, influenciam quais agendas e direitos são priorizados e reconhecidos. É possível aferir que não exista necessariamente uma “identidade LGBT” única, pois as identidades e os direitos são construídos de forma relacional, ou seja, em constante negociação e redefinição a partir de múltiplas e variadas vivências.

Retornando ao contexto observado, para Aguião (2016):

[...] as conferências podem ser analisadas como rituais de delegação, no sentido de que podemos encará-las como eventos de produção da representação, ao mesmo tempo em que produzem justamente aquilo que precisa ser representado (Aguião, 2016, p. 17).

A pauta levantada por um membro mais velho, pode ser entendida como uma descredibilização de uma juventude política LGBT ou a necessidade de reconhecimento e inserção da “velha guarda” na luta política. Além disso, em outros momentos também foram levantadas outras questões de representação para composição do “time de Delegades Estaduais”. Alguns dos Delegados que representavam a região do Juruá discorriam que além da preservação das vagas serem exclusivas para pessoas membros da comunidade, a Conferência deveria eleger também delegados LGBTQIA+ que representassem comunidades tradicionais acreanas (ribeirinhas e indígenas). O questionamento trouxe uma calorosa discussão acerca da interseccionalidade das pessoas que se faziam presentes no evento. A discussão por reivindicação de “vagas” para delegades expõe um reforço focado em políticas de identidade, assim como no estudo de Aguião (2019):

É também pertinente analisar a dinâmica entre demandas por reconhecimento -focadas em políticas de identidade -enquanto uma iniciativa do movimento social e, ao mesmo tempo, o quanto essa demanda é provocada pelas próprias morfologias e rotinas administrativas de governo. Falando de outra forma, podemos pensar que, por vezes, certas estratégias de ação incorporam determinadas identidades como figuras legítimas de reivindicação, outras vezes cria-se uma reivindicação legítima e procuram-se identidades que a elas estejam adequadas (Aguião, 2019, p. 6-7).

A discussão sobre esse assunto se estendeu por alguns minutos, até chegarem à conclusão (a maior parte dos delegados) de que, por mais que fosse necessária a implementação de “cotas” que atendessem as demais especificidades de cada região, no final das contas, os Delegados Estaduais eleitos estariam ali para compor uma frente de representação para a comunidade como um todo, atendendo as demais necessidades que atravessassem as interseccionalidades da população acreana, prioriza-se neste momento a regulação de documentos ou a criação de normas e leis que acolham primeiramente a comunidade LGBTQIAPN+. Recordando o pensamento de Simmel (1983):

Por um lado, o grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação. Por outro lado, cada elemento de uma pluralidade pode ter seu próprio oponente, mas como esse oponente é o mesmo para todos os elementos, todos eles se unem. [...] A respeito da primeira alternativa, é preciso enfatizar que enquanto o conflito ou guerra de um grupo pode permitir a superação de certas discrepâncias e alienações individuais internas, ele frequentemente evidencia as relações intergrupais com uma clareza e uma determinação impossíveis de outro modo. Isso pode ser particularmente bem observado em grupos menores que ainda não atingiram o grau de objetivação característico do Estado moderno (Simmel, 1983, p. 153-154).

Apesar das diferenças internas apresentadas (representação indígena, ribeirinha, cotas específicas) existe um “poder exterior” percebido: a marginalização histórica, a ausência de políticas públicas e a necessidade de garantir direitos frente ao Estado para o segmento LGBTQIAPN+. Segundo Simmel (1983), esse oponente caracterizado pelo poder exterior ao grupo é o que engendra o estreitamento das relações internas e, portanto, as divergências internas são temporariamente simplificadas a fim de fortalecer a coesão do grupo. Quando surge o debate sobre cotas específicas para indígenas e ribeirinhos LGBTQIAPN+ se expõem incongruências internas, na medida em que também reforça que todos possuem um oponente em comum: a histórica exclusão social e a falta de reconhecimento institucional. O conflito interno neste momento, opera não como um

destrutor da unidade do grupo, longe disso, o conflito apenas clarifica as fronteiras internas e externas do grupo.

No desfecho da acalorada discussão acerca de representatividade não se negam os atravessamentos interseccionais da comunidade acreana, mas se deu prioridade a luta coletiva da comunidade LGBTQIAPN+ do Acre, pois a conferência é um espaço associativo temporário, sem a formalidade de um Estado, mas que tenta organizar representatividade na medida em que também mobiliza sociações permanentes como as associações (como exemplos tomamos a ATTRAC e a AHAC que estavam presentes na conferência), organizações e aparatos do Estado (SEASDH). Assim como o encontro destas diferentes temporalidades e vínculos dispostos em um “arranjo” distinto podem mobilizar os cidadãos de determinadas localidades, as conferências também possuem algumas dinâmicas do conflito em emergência. Por conta disto predomina-se também em grande parte da Conferência, uma sociabilidade ilustrada pelos conflitos e pelas disputas, assim como observado na etnografia de Aguião (2016):

Enquanto espaço de construção de representantes e representações, as conferências são ocupadas por poucos sujeitos e essas disputas por inserção são feitas pela mobilização de diferentes capitais, se fazem com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero, com relações pessoais, trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes. Encontros como as conferências são espaços privilegiados para a emergência desses diferentes marcadores, um caldeirão propício a efervescência de disputas de poder. São ao mesmo tempo espaços fundamentais para a enunciação de identidades e demandas que aparecerão decantadas mais tarde nos documentos construídos (Aguião, 2016, p. 20).

Outro ponto importante é que se verifica aqui o uso do termo “identidade” como algo fixo e consistente. Judith Butler (2018) dispensa uma ideia essencialista de que a identidade é algo estático. No pensamento da filósofe, a identidade não é algo essencial, para Butler (2018), ela pode ser entendida como algo em movimento e repleto de adereços e repetições caracterizados pela performatividade, sendo o discurso um dos meios de também repercutir estas performances, pois os enunciados presentes no discurso não apenas descrevem algo, mas constroem ao serem proferidos. Porém, no âmbito político adotam-se esta ideia fixa quando levados a reivindicação de políticas específicas, como é o caso da comunidade LGBT e a produção de políticas públicas de acolhimento. O uso do termo “identidade” de forma estática pode ser funcional politicamente, pois confere legitimidade a aquilo que precisa ser reclamado, os direitos. Desta forma, usa-se do “essencialismo estratégico” de Miguel Vale de Almeida (2009) não somente para legitimar o grupo, mas para criar uma espécie de grau de unidade entre o grupo:

[...] as pessoas e os grupos e os movimentos são capazes de viver com uma dose útil de essencialismo estratégico, com uma necessidade identitária e categorial que cria auto-estima e espírito de grupo, bem como com uma dose útil de pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Somos, mas não somos. Somos em acção e movimento. Mas não somos - em essência transhistórica e transcultural (Almeida, 2009, p. 9).

Além disso, alguns representantes do Poder Público que se faziam presentes acabavam trazendo discussões acerca de algumas questões levantadas, e por algum motivo, foi mencionado o *climão* do dia anterior por um colega de trabalho do representante que realizou a fala que causou algumas agitações no público. Ele acabou realizando um pedido de desculpas e reforçou o compromisso que seu colega tem no enfrentamento a violência e luta por direitos da comunidade. Seguido desta situação, segue-se um longo momento de discussões acaloradas, mas não sobre a situação mencionada e sim sobre o Regimento, pois o “fazer política” pode ser um processo intenso de pura “desordem organizada” onde assuntos anteriores surgem aleatoriamente entre as pautas sendo discutidas. Após isso, finalizam-se as discussões e alterações realizadas no Regimento Interno, e com isso os organizadores do evento anunciam uma pausa para o almoço e conforme constava na programação entregue para os participantes, o retorno para a abertura dos Grupos de Trabalho era estimado para se iniciar às 13 horas. Os Grupos de Trabalho operaram dentro dos seguintes Eixos Temáticos: Enfrentamento à violência LGBTI+; Trabalho digno e geração de renda à população LGBTI+; Interseccionalidade e internacionalização e Institucionalização da política nacional dos direitos das pessoas LGBTI+.

Os grupos de trabalho tiveram como tarefa formular propostas que seriam direcionadas para as três esferas: Federal, Estadual e Regional (atendendo os municípios). No contexto da Conferência, as formulações de propostas se detiveram a: quatro propostas a nível Federal, quatro a nível Estadual e uma proposta facultativa a nível Regional. O que mais interessava era a elaboração das propostas da esfera Federal que seriam apresentadas na Plenária Final do evento para a aprovação. E uma vez deliberadas, caso fossem aprovadas seriam levadas para o Congresso Nacional em Brasília. No palco, a comissão organizadora explicou o funcionamento dos Grupos de Trabalho conforme o que constava no Regimento Interno, onde os participantes poderiam criar propostas ou adaptar propostas já trabalhadas nas Conferências Regionais e Municipais. Em seguida, a comissão do evento apresentou os representantes correspondentes a cada GT, no qual em uma fala de cerca de 3 minutos eles explicariam a finalidade de seus GTs. Ainda antes do almoço foram entregues algumas listas onde os participantes credenciados colocaram seus nomes no GT que desejassem participar.

No que concerne a dinâmica de funcionamento, alguns Grupos de Trabalho tiveram dificuldades relacionadas à compreensão, por parte dos participantes, acerca de como e de que maneira as propostas deveriam ser debatidas, construídas e aprovadas internamente. Como resultado disso alguns grupos se dedicaram a elaboração de propostas através de intensos debates, enquanto outros se detiveram a avaliar as propostas regionais já estruturadas. Também é válido mencionar que dois dos Grupos de Trabalho (Enfrentamento à Violência LGBTI+ e Trabalho digno e geração de renda à população LGBTI+) permaneceram no auditório para discussão de suas propostas, enquanto os outros dois restantes (Interseccionalidade e internacionalização e Institucionalização da política nacional dos direitos das pessoas LGBTI+) precisaram se retirar para outras dependências do Museu por questões de espaço e organização. Portanto, embora não estivesse claro o que seria feito por cada grupo de trabalho, os participantes tiveram um espaço de tempo 3 horas (das 13:00 até as 16:00) para a discussão e entrega das propostas - embora contasse na programação que a Plenária Final para apresentação de propostas fosse ocorrer às 15:00. Dentro deste espaço de tempo, foram observadas e analisadas algumas situações entre os membros de um dos dois grupos que permaneceram no auditório do Museu: o GT de “Enfrentamento à violência LGBTI+” que foi liderado por duas travestis bastante conhecidas pela população LGBT da cidade, Rubby Rodrigues e Antonella Albuquerque.

Conforme a experiência relatada por Aguião (2016, p. 15): “O tempo para discussão parece nunca ser suficiente, porque todos precisam falar e todos precisam ser ouvidos para que a plenária se constitua de fato como “um espaço democrático”. De fato, o tempo não era suficiente, por conta disso, alguns participantes mais habituados – pessoas que participaram de outras conferências - com os espaços de debate político foram tomando à frente e induzindo as pessoas presentes no GT a debaterem propostas. A maior parte do tempo foi destinada para a pesquisa de quais propostas sugeridas pelas Regionais precisavam de reformulação, e nesse meio tempo, enquanto uns conversavam sobre o eixo abordado no GT, ocorreram alguns debates acerca de posicionamentos políticos opostos entre dois membros. Em 15 minutos a situação já estava resolvida e os dois membros juntamente com o restante do grupo estavam trabalhando juntos para a elaboração das propostas.

Em resumo foram trabalhadas as seguintes pautas por esse GT: a capacitação obrigatória para servidores e profissionais da rede pública para o atendimento de pessoas LGBTQIA+; a reativação de um canal de disque com atendimento específico para pessoas LGBT; a aprovação do Estatuto LGBT; a criação de casas de acolhimento LGBT em municípios; a implementação de uma delegacia para populações vulnerabilizadas e a criação de campanhas de participação social, inclusão e aceitação para pessoas LGBT. Por volta das 15:10 os Grupos de Trabalho foram retornando para o auditório e se acomodando, por ser um dos grupos mais “lotados”, a pressa para finalizar as propostas fez com que

alguns membros não conseguissem apresentar e discutir outras ideias, então o foco foi voltado para a construção do que já havia sido discutido (as pautas sugeridas acima) e infelizmente algumas pautas ficaram “de fora”.

Às 16:00, todos os GTs se reuniram para prestigiar algumas apresentações com artistas regionais e locais do cenário de Rio Branco, em destaque a performance de Arthur Silva, membro do grupo “Slacre” - um grupo/comunidade de *slam*, anteriormente chamado de Slam Diversidade voltado para pessoas LGBT da cidade de Rio Branco – que narrou poeticamente parte de sua história e experiências vivenciadas enquanto homem gay, trazendo elementos que criticam as ideias performáticas de masculinidade dando lugar a resistências às formas dissidentes ou incômodas de se expressar, uma delas a “bixa afeminada”.

Após o momento cultural e artístico, com todos reunidos iniciava então a Plenária Final, onde os responsáveis por cada GT apresentariam as propostas elaboradas pelos seus eixos. Todas as propostas foram expostas rapidamente por cada coordenador no seguinte esquema estimado: 5 minutos de apresentação, 1 minuto de discussão caso ocorressem oposições (questão de ordem, esclarecimento e os destaques). Ao final, foram modificadas pequenas coisas que não influenciaram na integridade das propostas finais, por volta das 16:45 iniciaram-se as Eleições de Delegades Estaduais para comporem a frente que representaria o Acre em Brasília no Congresso Nacional. Este momento acabou se prolongando muito mais do que o previsto, a programação informava que o encerramento ocorreria às 17:00 da parte, porém devido a indecisão de quais pessoas seriam eleitas delegades, os trabalhos se encerram somente às 18:20.

Durante o *coffee-break* de encerramento, um grupo composto por pessoas cis e pessoas trans conversava a respeito dos “causos” ocorridos na conferência, um deles retomou o episódio que foi percebido como transfobia, alguns encararam a retratação como um ato conciliatório, típico em contextos em que se evitam conflitos diretos. A mediação do colega do representante que cometeu a gafe foi percebida também como uma forma de manter a harmonia e evitar “rachas internos”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos experienciados na 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa LGBTQIAPN+ em Rio Branco permitiram observar como os espaços de participação política podem assumir, ao mesmo tempo, territórios de disputa, aprendizado e construção coletiva. Ao longo dos dois dias observados, é perceptível que a sociabilidade construída nesses ambientes não se dá de forma homogênea, pois ela emerge em meio a conflitos, negociações e rearranjos que delimitam fronteiras internas e externas, onde também se reconfiguram identidades e produzem novas alianças ou ciclos. Portanto, é possível pensar

também, quais locais de encontro e de participação política não são permeados pelo conflito?

As tensões vivenciadas - sejam em lapsos de linguagem, as rupturas antiestruturais (Turner, 2009), as divergências geracionais, as disputas por representatividade, etc. - não inviabilizaram o processo político. Pelo contrário, elas evidenciaram o caráter dinâmico e até performático da própria comunidade. Como aponta Simmel (2006), o conflito é também um “motor de coesão”, e nos contextos observados, o conflito serviu para explicitar prioridades comuns frente a um “poder exterior” representado pela histórica marginalização e pela ausência de políticas públicas adequadas para a comunidade LGBT não do Estado do Acre, mas do país também.

O que se concebe a respeito da construção de direitos a partir das conferências é que esta construção não é um processo linear, mas um campo de forças onde diferentes marcadores sociais, trajetórias e perspectivas disputam legitimidade e espaço. Tais movimentos reafirmam o entendimento de que as identidades e reivindicações são sim, historicamente situadas, politicamente orientadas e continuamente negociadas. Por fim, a análise etnográfica deste evento reafirma a relevância das conferências enquanto lócus de produção de representações, redes de sociabilidade e mobilizações políticas (Aguião, 2016). Mais do que apenas deliberar propostas, elas constituem espaços simbólicos permeados por afetos, dissidências, resistências, performances e pela incessante busca por reconhecimento e direitos.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. A delegação e a crença no estado: dinâmicas da participação social e a constituição da “população LGBT” no governo brasileiro (2008-2011). **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 6, n. 12, p. 47–73, 2019. DOI: 10.21665/2318-3888.v6n12p47-73. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/10050>. Acesso em: 19 ago. 2025.

AGUIÃO, Sílvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT”. **Cadernos pagu**, n. 46, p. 279-310, 2016.

ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: Aliança Paranaense pela Cidadania LGBT, 2010. Disponível em: <https://unaids.org.br/relatorios-e-publicacoes/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

AVRITZER, Leonardo (2012) : Conferências nacionais: Ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil, Texto para Discussão, No. 1739, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), Brasília. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/065f66df-a8e1-41e7-bd2f-fee5b21d52ee>. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2026.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 16ª edição, 2018.

DE ALMEIDA, Miguel Vale. **Ser mas não ser, eis a questão**. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, vol. 1**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HENRIQUES, A. N. **Disforia de Gênero**: Uma Revisão da Literatura. Dissertação de Mestrado (Área de concentração psiquiatria) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

REIS, Maria Luísa Martins dos; BOCCHI GONÇALVES, Michelle. Cultura ballroom: entrelaçamentos com a educação performativa. **EntreLetras**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 106–125, 2024. DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e18943. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/18943>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11-29, 2002.

MUSEU DA MODA BRASILEIRA. A misteriosa linguagem dos leques. **Google Arts & Culture**, [s.d.]. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/AwURfHjYbKKqLw?hl=pt-BR>. Acesso em: 26 maio 2025.

MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano Moraes; revisão técnica de Arno Vogel. Niterói: EdUFF, 2008.

Recebido em: 06/09/2025

Aceito em: 18/03/2026